



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Pregão Eletrônico nº 11/2025		Data de Abertura: 18/03/2025 às 09h:00 www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br:		UASG: 927031	Nº do Proc.: CPM-PRC-2025/01406
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AVALIAÇÃO FÍSICA E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL			
Órgão Requisitante: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS			
Valor Total Estimado: R\$ 270. 884,27 (duzentos e setenta mil oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos)			
PREGÃO ELETRÔNICO – COMPRAS			
Registro de Preços?	Vistoria?	Amostra?	
NÃO	NÃO	NÃO	
Exclusiva ME/EPP?	Cota Reservada ME/EPP?	Critério de Julgamento das Propostas?	
SIM	NÃO	MENOR PREÇO	
Modo de Disputa: ABERTO-FECHADO		Critério de Aceitabilidade de Preços: UNITÁRIO DO ITEM	
OBSERVAÇÃO			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderão acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPM/PRC202501406V03

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025****Processo Administrativo nº CPM-PRC-2025/01406**

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL/PB - SESDS/PB**, por meio do(a) seu pregoeiro, sediado(a) Rua Hilton Souto Maior, S/N, Mangabeira I – CEP 58055-018, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e das demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1.A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AVALIAÇÃO FÍSICA E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL, DESTINADOS À PMPB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1.Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus próprios dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para à Lei estaduais microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, especialmente a

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPM/PRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;

- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

- 3.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.1.1 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1 Valor UNITÁRIO do item, com apenas 3 (três) casas decimais;

- 4.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 3 (três), o Pregoeiro dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 4.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS **Comissão Integrada de Aquisições e Compras**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 4.1.2 Marca / Fabricante;
- 4.1.3 Modelo / Versão;
- 4.1.4 Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado no Anexo I do Termo de Referência;
- 4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao mínimo previsto para contratação.
- 4.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 4.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.13 Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 4.14 As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site www.gov.br/compras. Em caso de divergência nas especificações do item, prevalecerá a do Anexo I do Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5 O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do item.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$100,00 (cem reais).
- 5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.1 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.2 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.10.5 fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



- 5.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13 No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

- 5.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

5.17.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

5.17.2.2 empresas brasileiras;

5.17.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.17.3 Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio do sistema Compras.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

5.18 Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:

- 5.18.1 quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- 5.18.2 em razão da forma e do local de acondicionamento;
- 5.18.3 quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- 5.18.4 por outros motivos justificados no processo;

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546::::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO
)

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).

6.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.;

6.1.3.; 6.1.4. e 6.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

6.2.A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3.Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4.Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item

4.5 deste edital.

6.5.Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



7. DA PROPOSTA ADEQUADA

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4. Nos itens, não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.5. Se o mesmo participante vencer o item destinado à ampla concorrência e à cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esse deverá formalizar a oferta considerando a melhor proposta dentre ambos, para a administração pública, nos termos do §3º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 7.6. Não havendo vencedor para a cota reservada para participação exclusiva de ME/EPP, esta poderá ser destinada ao licitante vencedor da cota principal (ampla concorrência) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal, nos termos do §2º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.
- 7.6.1. Havendo alguma limitação do sistema para realizar esta atividade, poderá ser efetivada através de mensagens entre o Pregoeiro e o licitante, ou por e-mail, bem como deverá ser encaminhada uma proposta adequada adicionada do quantitativo da cota reservada.
- 7.7. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, nos termos do §4º, do art. 8º, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

7.8.O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.9.A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.9.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.

7.10. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.11. Além das informações exigidas no item 5 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:

7.11.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

7.11.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;

7.11.2.1. apresentar detalhamento das especificações do material a ser fornecido, inclusive indicando marca, modelo, fabricante, procedência, prazo de entrega, prazo de garantia, e demais exigências do Termo de Referência;

7.11.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;

7.11.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.

7.11.5. Conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

7.11.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

7.11.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.11.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;

7.11.8. No caso da incidência de ICMS:

7.11.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.

7.11.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;

7.11.8.3. A proposta de preço da empresa cuja operação ou prestação esteja alcançada pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017, que concede isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, atenderá as seguintes condições:

7.11.8.3.1. Deverá ser apresentada computando o valor do ICMS;

7.11.8.3.2. Deverá apresentar planilha anexa, demonstrando o valor do preço líquido, mediante a informação do valor da proposta e a dedução do valor correspondente à isenção do ICMS;

7.11.8.4. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

7.11.8.5. A isenção de ICMS de que trata o Decreto Estadual nº 37.237/2017 não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, nos termos do § 4º do Art. 1º do referido decreto, alterado pelo Decreto nº 37.444/2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

7.12. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

7.13. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. conter vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 8.4. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.11. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 9.12. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):
- 9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica,

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
- 9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 9.18. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 9.18.1. Relativos à Habilitação Jurídica:
- 9.18.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.18.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.18.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual
- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.18.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.18.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.18.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.18.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.18.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.18.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.18.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.18.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.18.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.18.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br





- 9.18.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.18.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.18.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.18.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:
- 9.18.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.18.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.18.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos
- 2 (dois) últimos exercícios sociais, devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 9.18.3.3.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.18.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.18.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.18.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.18.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- 9.18.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.18.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.18.4. Relativos à Qualificação Técnica:
- 9.18.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no item 8.3 do Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 9.18.5. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - f.1. ata de fundação;
 - f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.18.6. Documentos Complementares:

- a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

9.18.7. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico- financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração; a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. fraudar a licitação;
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.

- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 11.7. e 11.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

- 12.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail ciac@sesds.pb.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO CONTRATO

- 13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 13.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1. Condições de Entrega:

14.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) da assinatura do contrato OU ordem de compra.

14.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

14.1.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Diretoria de Apoio Logístico (DAL) da Polícia Militar do Estado da Paraíba, situada na Rua Luiz Barbalho, s/n, Jardim Veneza, João Pessoa-PB, CEP 58.084-100, nos horários das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira (dias úteis), ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

14.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

14.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

14.2.3 A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.2.4 Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.2.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

14.2.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.2.6. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.2.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.

14.2.8. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

14.2.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14.3. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

14.3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

14.3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

14.3.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

14.3.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II](#));

14.3.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

14.3.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





14.3.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

14.3.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII](#)).

14.3.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

14.3.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV](#))).

Gestor do Contrato

14.3.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV](#)).

14.3.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

14.3.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

14.3.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

14.3.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

14.3.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

14.3.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

14.4. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

14.4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPM/PRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

14.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

14.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

14.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

14.4.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

14.4.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

14.4.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.

14.4.11. Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

14.4.11. O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

14.4.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

14.4.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.4.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.4.15. Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.4.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.4.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.4.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

14.4.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

14.4.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Forma de pagamento

14.4.21. O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

14.4.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

14.4.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4.24. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.4.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.4.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

14.4.27. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.4.28. Após o interregno de um ano, e mediante solicitação formal do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.4.29. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4.30. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.4.31. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.4.32. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.4.33. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.4.34. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

15.2. A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 15.1 e 1.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada 2023.

15.3. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

15.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- 15.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.centraldecompras.pb.gov.br/.
- 15.13. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: www.centraldecompras.pb.gov.br e www.gov.br/compras.
- 15.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.14.1.1. ANEXO I - Termo de Referência ;
- 15.14.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 15.14.3. ANEXO III - Modelo da proposta de preços;
- 15.14.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras**

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

João Pessoa, data da assinatura digital.

Elaborado por:

CRISTIAN SOARES VIEIRA DOS SANTOS

Responsável pela elaboração do Edital

Reelaborado por:

ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO

Investigador de Polícia Civil – Agente de Contratação – CIAC/GEPLAN/SESDS

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br

Página 1



CPMIPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO 11/2025

COMPRAS

PROCESSO Nº CPM-PRC-2025/01406

ÓRGÃO REQUISITANTE: POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Avaliação Física e Diagnóstico Laboratorial, nos termos da tabela abaixo deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNID.	QTDE
01	Balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada Impedância, conforme descrição em anexo.	Und.	03
02	Dinamômetro digital, conforme descrição em anexo.	Und.	06
03	Baropodômetro para avaliação detalhada da pressão plantar, conforme descrição em anexo.	Und.	02
04	Analizador de imunoensaio, conforme descrição em anexo.	Und.	02

1.2. O descritivo dos itens acima estão caracterizados no ANEXO I deste Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que se enquadram no conceito definido no art. 6º, inc. XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br

Página 2



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPM/PRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 44.383, de 14 de novembro de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste processo de aquisição.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2. Conforme descrito no Estudo Técnico Complementar.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

Da vedação de contratação de marca ou produto

- 4.3. Não há necessidade de vedação de produtos/marcas.

Da exigência de amostra

- 4.4. Não haverá a necessidade de apresentar amostras, entretanto o bem ofertado deverá estar devidamente descrito na proposta do fornecedor.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.5. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.
4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões:

4.7.1. A não exigência de garantia justifica-se pela natureza dos bens a serem adquiridos, que são equipamentos padronizados e de pronta entrega. Ademais, a ausência de riscos significativos ao cumprimento das obrigações contratuais torna a medida desproporcional e excessivamente onerosa para a contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do(a) da assinatura do contrato OU ordem de compra.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Diretoria de Apoio Logístico (DAL) da Polícia Militar do Estado da Paraíba, situada na Rua Luiz Barbalho, s/n, Jardim Veneza, João Pessoa-PB, CEP 58.084-100, nos horários das

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira (dias úteis), ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os bens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do bem das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar um bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos,

Página 5

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.

5.11. Quando necessário, o custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II](#));

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII](#)).

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

Página 7

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

6.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV](#))).

Gestor do Contrato

6.15 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV](#)).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo (s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133](#).

Página9

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

[de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 6º, §3º da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

f.1) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB nº 1.234/2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br

Página 10



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

7.9.1 Se o fornecedor/contratado for empresa do Estado da Paraíba, não Optante pelo Simples, os responsáveis pelo recebimento e pagamento verificarão se o documento fiscal foi emitido nos termos do Art. 6º do Decreto nº 37.237, de 2017 (Isenção do ICMS), com a demonstração expressa do valor correspondente à isenção do ICMS deduzido do preço ofertado constante da proposta vencedora da licitação, rejeitando-o quando não atender ao referido normativo.

7.9.1.1 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF/PB ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF/PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF e ao CAFIL/PB.

Prazo de pagamento

7.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento.

7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

7.21.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.23 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.24 Após o interregno de um ano, e mediante solicitação formal do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.25 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.26 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.27 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.28 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.29 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

7.30 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação técnica

8.3 Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.4.1.1 Será exigida a comprovação de quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 40 % dos quantitativos licitados.

8.4.1.2 A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

8.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

8.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br





GOVERNO DA PARAÍBA

8.4.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.5 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.5.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.5.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.5.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.5.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.5.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.5.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Página15

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO DA PARAÍBA

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 270.884,27**, conforme pesquisa de preço anexa ao Processo de aquisição.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Fundo Estadual de Segurança Pública.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ANEXO (S)

11.1. Anexo I – Descritivo do Itens a serem licitados.

João Pessoa-PB, 29 de dezembro de 2025.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

Página16



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO I DO TR

DESCRIPTIVO TÉCNICO DOS OBJETOS

01 - BALANÇA DE BIOIMPEDÂNCIA

Balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada Impedância: 15 Medições de Impedância usando 3 Frequências Diferentes (20Hz, 50Khz e 100KHz) de cada um dos 5 Segmentos (Braço Direito, Braço Esquerdo, Tronco, Perna Direita e Perna Esquerda); Sistema de eletrodos: tetrapolar, com 8 pontos, eletrodos táteis; Dimensões máximas: 356mm X 796mm X 995mm (Largura, Profundidade e Altura); Peso máximo do equipamento: 14Kg Idade avaliada: 03-99 anos Interfaces: USB; Ethernet; Wifi; Bluetooth. Cor desejada: Preto e branco; Mostrador: LCD 600 X 1024 colorido; Interface: Tela sensível ao toque, teclado; Duração do exame: máximo de 30 segundos; Medição de peso: a partir de 10 kg até 300 Kg; Parâmetros que podem ser estimados por meio do equipamento: Índice de Massa Corporal – IMC; Água corporal total; Proteínas e minerais; Análise segmentada de massa magra e de gordura, de cada parte do corpo (membros superiores, inferiores e tronco); Percentual de gordura corporal Nível de Gordura Visceral; Ângulo de Fase Corporal com Histórico; Parâmetros de Sarcopenia com histórico incluindo na folha de resultados: SMI – índice de Massa Magra Apendicular; HGS – Força de Preensão Palmar; Massa livre de gordura Taxa de metabolismo basal; Relação Cintura/Quadril sem medição manual; Histórico da Composição Corporal; Gráfico dos valores de impedância dos segmentos corporais com detecção automática de eventuais erros de medição; Características: Analisador leve e dobrável para transporte; Balança digital incorporada; Modo pediátrico com geração de relatório contendo informações completas com curvas de crescimento para peso e altura; Deve possuir software de gerenciamento de dados desenvolvido pelo próprio fabricante, visando garantir a precisão e a confiabilidade dos dados, com acesso vitalício, incluindo atualizações gratuitas e sem custos adicionais; Capacidade de armazenamento de até 200.000 exames; Voltagem de entrada: 100 ~ 240 Vca, 50/60 Hz, 1,2 A; Voltagem de saída: 12 Vc.c, 3,4. Deve possuir impressora 110v ou 220v. Deverá ser fornecido suporte remoto gratuito e limitado, no mínimo durante a vigência da garantia do equipamento (12 meses). O equipamento deve possuir registro na ANVISA/ INMETRO.

Página17

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

02 - DINAMÔMETRO DIGITAL

Dinamômetro digital com as seguintes especificações: Capacidade máxima 100 Kg, 0,1Kg); mostrador digital LCD de 4 dígitos; Interface Bluetooth para transferência de resultado, o Parâmetros de Sarcopenia com histórico incluindo na folha de resultados: SMI – índice de Massa Magra Apendicular HGS – Força de Preensão Palmar, a alimentação com 2 pilhas AA, o ajuste de Abertura da alça, o desligamento Automático e o Manual de operação.

03 - BAROPODÔMETRO

O Baropodômetro deve possuir mais de 4.080 sensores de pressão em uma superfície ativa de 50x50 cm, permitindo uma avaliação precisa e detalhada da pressão plantar. Certificado pelo INMETRO/ANVISA, alta frequência de aquisição de dados (até 200Hz) e é resistente a temperaturas, umidade e interferências eletromagnéticas, com dimensões (total): 655 x 534 x 35mm, espessura da superfície ativa: 11,5 mm, ambiente de operação: temperatura: - 10 a 60°C, umidade: 10 a 95%, pressão: 700hPa a 1060hPa, com requisitos de software: Windows 7, 8 e 10 (32 e 64 bits), Intel Dual Core ou superior, 4GB RAM. Além disso, proteção contra choque elétrico: Classe II com alimentação externa, parte aplicada tipo B. Modo de funcionamento: Operação contínua.

04 – ANALISADOR DE IMUNOENSAIO

EQUIPAMENTO Leitor portátil de cassetes por imunoensaio de fluorescência. Testes rápidos, individualizados, utilizando plataforma point of care Leitura automática de cassetes por varredura lateral de fluorescência, baseado em reações imunocromatográficas resultados quantitativos liberados no máximo 15 minutos possibilidade de utilizar amostras de sangue total, soro, plasma e/ou urina interface Android Display LCD 7" colorido, opção de utilização com bateria (pilhas) alta capacidade de armazenamento de resultados: 1000 a 1500 resultados pacientes 500 resultados de System Check 1000 a 1500 resultados de CQ 500 calibrações de ID Chip Possibilidade de Backup via cartão SD, sistema ótico melhorado para análises mais sensíveis, modo Multi Teste, teste Único e CQ para testes, dados do chip de calibração salvos na memória. Impressora térmica embutida com conectividade: WiFi, LIS/HIS, Bluetooth, LAN, 4 portas USB, possibilidade de utilização de teclado USB - Dimensões (LxAxC): 276mm X 220mm x 91mm Peso: 1,3 kg, alimentação:

Página18

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

DC 12V/5A / 4 Pilhas AA Condições Ambientais de operação: 15 – 35°C, condições ambientais de armazenamento: -20°C ~ 50°C / Umidade Máx.: 70%

Página19

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

APÊNDICE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB
ciac@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

Página1



CPMIPRC202501406V03



**QUARTEL DO COMANDO-GERAL
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: BALANÇAS DE BIOIMPEDÂNCIA,
DINAMÔMETRO DIGITAL BAROPODÔMETRO E ANALISADOR DE
IMUNOENSAIO**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A Polícia Militar do Estado da Paraíba, por meio do Centro de Educação Física e Desporto (CEFID), identifica a necessidade estratégica de aquisição de balanças de bioimpedância, dinamômetro digital, sistema de baropodometria informatizado e analisadores de imunoensaio, com o objetivo de ampliar, qualificar e modernizar o acompanhamento clínico, preventivo e funcional dos militares estaduais. Esses equipamentos são fundamentais para o monitoramento da saúde física, prevenção de lesões e otimização do desempenho dos profissionais da segurança pública, alinhando-se à missão institucional do CEFID de promover a educação física, a preparação física policial e a saúde ocupacional dos militares.

A balança de bioimpedância permite a análise detalhada da composição corporal dos militares, possibilitando o rastreamento de indicadores relevantes como percentual de gordura, massa magra e nível de hidratação, dados essenciais na prevenção e controle de doenças metabólicas, como a síndrome metabólica, e na promoção de hábitos saudáveis. Já o dinamômetro digital viabiliza a mensuração precisa da força muscular, especialmente de membros superiores, sendo um recurso indispensável tanto para a avaliação de desempenho físico quanto para o acompanhamento de processos de reabilitação e readaptação funcional.

O sistema de baropodometria informatizado, por sua vez, é um instrumento de alta precisão utilizado para a análise da distribuição de pressão plantar, da marcha e da postura. Ele contribui diretamente para diagnósticos fisioterapêuticos individualizados, elaboração de palmilhas personalizadas, prevenção e tratamento de disfunções musculoesqueléticas, acompanhamento de condições como o pé diabético e redução de sobrecargas articulares. Sua aplicação é imprescindível para promover longevidade operacional dos militares e melhorar sua performance no exercício das atividades profissionais.

Analisadores de imunoensaio automatizados tem por finalidade modernizar os recursos laboratoriais utilizados na triagem e acompanhamento da saúde dos militares, ativos e inativos. Esses equipamentos são indispensáveis na ampliação da capacidade de diagnóstico imunológico, especialmente em exames voltados a doenças infectocontagiosas, hormonais e autoimunes, condições que impactam diretamente na aptidão física e na prontidão operacional da tropa.

A integração desses equipamentos fornecerá uma base objetiva e científica para a avaliação funcional dos militares, viabilizando a implementação



CPMPRC202501406V02



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs,
[CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA]
JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>

VPBdoc



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

VPBdoc

de estratégias personalizadas de treinamento físico, reabilitação, prevenção de lesões e promoção da saúde integral — física, mental e social. Isso se traduz em maior eficiência no pronto-emprego da tropa, melhoria da qualidade de vida dos profissionais e, por conseguinte, maior capacidade de resposta da Polícia Militar no atendimento às demandas da segurança pública da sociedade paraibana.

2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A demanda encaminhada compreende a aquisição de equipamentos de Equipamentos de Avaliação Física e Diagnóstico Laboratorial, cuja contratação atenderá as condições, quantidades e as exigências estabelecidas neste ETP e no correspondente Termo de Referência.

A solução adotada no presente Estudo Técnico Preliminar é a aquisição do seguinte bem e quantidade, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD (UN)
1	Balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada Impedância.	03
2	Dinamômetro digital.	06
3	Baropodômetro para avaliação detalhada da pressão plantar.	02
4	Analisador de imunoensaio	02

Trata-se de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos nos documentos de contratação por meio de especificações usuais no mercado, conforme se infere da Lei nº. 14.133/2021.

Condições de entrega

O prazo de entrega do material é de até 60 dias corridos contados da emissão da ordem de fornecimento.

O bem deverá ser entregue no seguinte endereço: Diretoria de Apoio Logístico (DAL) da Polícia Militar do Estado da Paraíba, situada na Rua Luiz Barbalho, s/n, Jardim Veneza, João Pessoa-PB, CEP 58.084-100, nos horários das 08h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira (dias úteis), ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

O recebimento do material estará condicionado à observância de suas especificações técnicas, cabendo à verificação ao representante do contratante.

Crítérios e práticas de sustentabilidade

A aquisição das balanças de bioimpedância, dinamômetro digital e sistema de baropodometria informatizado observará critérios de sustentabilidade ambiental e econômica, em consonância com os princípios da Administração Pública Sustentável e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2020. No aspecto ambiental, será priorizada a aquisição de equipamentos com maior eficiência energética, com consumo reduzido de eletricidade e, sempre que possível, com certificações como Procel ou Energy Star. Também será observada a utilização de materiais recicláveis ou de fácil descarte, bem como a ausência de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente, conforme normas como a RoHS. Os equipamentos deverão apresentar maior



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

durabilidade e baixa necessidade de manutenção, reduzindo a geração de resíduos e contribuindo para a sustentabilidade ao longo do ciclo de vida dos produtos. Será incentivada a entrega com manuais digitais, bem como o uso de embalagens sustentáveis, recicláveis ou reutilizáveis.

Além disso, será exigido do fornecedor o oferecimento de treinamentos e suporte técnico qualificado, contribuindo para a capacitação dos profissionais e o uso seguro dos equipamentos. Do ponto de vista econômico, os critérios considerarão não apenas o preço de aquisição, mas também o custo total de propriedade (TCO), incluindo despesas com manutenção, consumo energético, atualizações de software e descarte. Equipamentos com maior durabilidade e possibilidade de atualização tecnológica serão priorizados, visando reduzir custos recorrentes e ampliar a vida útil do investimento público. Sempre que viável, será prevista a adoção de logística reversa, mediante cláusula contratual que garanta o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada dos equipamentos ao final de sua vida útil. Também será valorizada a participação de fornecedores que possuam certificações ambientais reconhecidas, como a ISO 14001 ou o selo A3P, promovendo a sustentabilidade ao longo de toda a cadeia de fornecimento. Essas práticas visam assegurar que a contratação ocorra de forma responsável, eficiente e alinhada aos compromissos institucionais de promoção da saúde, bem-estar e eficiência no serviço público.

Qualificação técnica

Por tratar-se de bem que pode ser objetivamente definido por meio de especificações usuais, de fácil aquisição no mercado, não há necessidade de apresentação de Atestado de Qualificação Técnica.

Garantia

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto e consequente aceitação do bem, mediante termo circunstanciado próprio elaborado pela Comissão de Recebimento designada pela Autoridade Competente da Contratante;

Da Modalidade Licitatória

Aquisição via Pregão Eletrônico

O **pregão eletrônico** é uma modalidade de licitação amplamente adotada pela Administração Pública para a aquisição de bens e serviços comuns, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Entre as suas principais vantagens está a possibilidade de ampliar significativamente a competitividade do certame, visto que fornecedores de diferentes regiões podem participar remotamente, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital. O pregão eletrônico também promove maior transparência no processo, já que todas as etapas, desde a apresentação das propostas até o julgamento final, ocorrem em ambiente digital, permitindo que os atos sejam auditáveis e acessíveis em tempo real por qualquer interessado.

Outro benefício é a redução dos custos administrativos, tanto para a Administração quanto para os fornecedores, uma vez que o pregão elimina a necessidade de deslocamento e de reuniões presenciais, otimizando o uso de recursos humanos e materiais. A celeridade do processo é outro ponto de



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

destaque, uma vez que o pregão eletrônico, por seu caráter dinâmico, tem prazos reduzidos em comparação a outras modalidades licitatórias, permitindo que a aquisição ocorra em um curto espaço de tempo, o que é ideal para demandas urgentes ou estratégicas. Adicionalmente, essa modalidade favorece o controle de preços, já que a competição entre os participantes durante a fase de lances pode resultar em ofertas mais vantajosas para a Administração, assegurando o melhor uso dos recursos públicos.

Aquisição via Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)

A adesão a uma Ata de Registro de Preços (ARP) é uma alternativa vantajosa e amplamente utilizada pela Administração Pública, principalmente quando há uma necessidade de aquisição rápida e eficiente de bens e serviços já padronizados. Diferentemente do pregão eletrônico, onde todo o processo licitatório precisa ser realizado do início, a ARP já contém os preços, fornecedores e condições de fornecimento previamente registrados, permitindo que o órgão público apenas formalize a contratação com base nesses parâmetros já estabelecidos. Isso proporciona uma enorme economia de tempo e recursos administrativos, já que etapas como pesquisa de mercado, elaboração de edital e condução do certame já foram realizadas por outro ente público. Além disso, as condições pactuadas na ata costumam ser vantajosas, uma vez que são resultantes de processos licitatórios competitivos, onde os preços tendem a refletir o melhor custo-benefício para a Administração, beneficiando, portanto, o órgão que adere à ata.

Conclusão: A Melhor Solução é um Pregão eletrônico

Considerando a natureza padronizada dos equipamentos, seu amplo mercado fornecedor e a necessidade de assegurar o melhor custo-benefício à Administração Pública, o pregão eletrônico se apresenta como a modalidade mais vantajosa para essa aquisição. Essa escolha permite que o órgão realize seu próprio processo competitivo, com ampla divulgação e participação nacional, estimulando a apresentação de propostas mais vantajosas por meio da fase de lances, o que favorece o controle efetivo dos preços praticados. Adicionalmente, o pregão eletrônico assegura maior alinhamento com as necessidades específicas do órgão contratante, permitindo a definição de especificações técnicas mais precisas, cronogramas de entrega adequados e condições comerciais ajustadas à realidade local. O ambiente digital do pregão ainda proporciona transparência total e rastreabilidade de todas as etapas, atendendo aos princípios da publicidade e da moralidade administrativa.

Embora a adesão à Ata de Registro de Preços represente uma alternativa viável em termos de agilidade, essa modalidade não oferece a mesma flexibilidade contratual, margem de negociação nem potencial de economia direta via concorrência, como o pregão eletrônico. Assim, levando em conta o equilíbrio entre economicidade, competitividade, eficiência administrativa e transparência, o pregão eletrônico é a melhor solução para a aquisição dos equipamentos em epígrafe, permitindo à Administração Pública cumprir seus objetivos com maior segurança jurídica e eficácia operacional.

Código	Descrição	Unid	Qtde	Valor unit. R\$
	Balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada Impedância: 15 Medições de Impedância usando 3 Frequências Diferentes (20Hz, 50Khz e 100KHz) de cada um dos 5 Segmentos (Braço	Un	03	49.900,00



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

Direito, Braço Esquerdo, Tronco, Perna Direita e Perna Esquerda); Sistema de eletrodos: tetrapolar, com 8 pontos, eletrodos tateis; Dimensões máximas: 356mm X 796mm X 995mm (Largura, Profundidade e Altura); Peso máximo do equipamento: 14Kg Idade avaliada: 03-99 anos Interfaces: USB; Ethernet; Wifi; Bluetooth. Cor desejada: Preto e branco; Mostrador: LCD 600 X 1024 colorido; Interface: Tela sensível ao toque, teclado; Duração do exame: máximo de 30 segundos; Medição de peso: a partir de 10 kg até 300 Kg; Parâmetros que podem ser estimados por meio do equipamento: Índice de Massa Corporal – IMC; Água corporal total; Proteínas e minerais; Análise segmentada de massa magra e de gordura, de cada parte do corpo (membros superiores, inferiores e tronco); Percentual de gordura corporal Nível de Gordura Visceral; Ângulo de Fase Corporal com Histórico; Parâmetros de Sarcopenia com histórico incluindo na folha de resultados: SMI – Índice de Massa Magra Apendicular; HGS – Força de Preensão Palmar; Massa livre de gordura Taxa de metabolismo basal; Relação Cintura/Quadril sem medição manual; Histórico da Composição Corporal; Gráfico dos valores de impedância dos segmentos corporais com detecção automática de eventuais erros de medição; Características: Analisador leve e dobrável para transporte; Balança digital incorporada; Modo pediátrico com geração de relatório contendo informações completas com curvas de crescimento para peso e altura; Deve possuir software de gerenciamento de dados desenvolvido pelo próprio fabricante, visando garantir a precisão e a confiabilidade dos dados, com acesso vitalício, incluindo atualizações gratuitas e sem custos adicionais; Capacidade de armazenamento de até 200.000 exames; Voltagem de entrada: 100 ~ 240 Vc.a, 50/60 Hz, 1,2 A; Voltagem de saída: 12 Vc.c, 3,4. Deve possuir impressora 110v ou 220v. Deverá ser fornecido suporte remoto gratuito e limitado, no mínimo durante a vigência da garantia do equipamento (12 meses). O equipamento deve possuir registro na ANVISA/ INMETRO.			
Dinamômetro digital com as seguintes especificações: Capacidade máxima 100 Kg, 0,1Kg); mostrador digital LCD de 4 dígitos; Interface Bluetooth para transferência de resultado, o Parâmetros de Sarcopenia com histórico incluindo na folha de resultados: SMI – índice de Massa Magra Apendicular HGS – Força de Preensão Palmar, a alimentação com 2 pilhas AA, o ajuste de Abertura da alça, o desligamento Automático e o Manual de operação.	Un	06	5.618,15
O Baropodômetro deve possuir mais de 4.080 sensores de pressão em uma superfície ativa de	Un	02	22.187,08



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

	50x50 cm, permitindo uma avaliação precisa e detalhada da pressão plantar. Certificado pelo INMETRO/ANVISA, alta frequência de aquisição de dados (até 200Hz) e é resistente a temperaturas, umidade e interferências eletromagnéticas, com dimensões (total): 655 x 534 x 35mm, espessura da superfície ativa: 11,5 mm, ambiente de operação: temperatura: - 10 a 60°C, umidade: 10 a 95%, pressão: 700hPa a 1060hPa, com requisitos de software: Windows 7, 8 e 10 (32 e 64 bits), Intel Dual Core ou superior, 4GB RAM. Além disso, proteção contra choque elétrico: Classe II com alimentação externa, parte aplicada tipo B. Modo de funcionamento: Operação contínua.			
	EQUIPAMENTO Leitor portátil de cassetes por imunoenensaio de fluorescência. Testes rápidos, individualizados, utilizando plataforma point of care Leitura automática de cassetes por varredura lateral de fluorescência, baseado em reações imunocromatográficas resultados quantitativos liberados no máximo 15 minutos possibilidade de utilizar amostras de sangue total, soro, plasma e/ou urina interface Android Display LCD 7" colorido, opção de utilização com bateria (pilhas) alta capacidade de armazenamento de resultados: 1000 a 1500 resultados pacientes 500 resultados de System Check 1000 a 1500 resultados de CQ 500 calibrações de ID Chip Possibilidade de Backup via cartão SD, sistema ótico melhorado para análises mais sensíveis, modo Multi Teste, teste Único e CQ para testes, dados do chip de calibração salvos na memória. Impressora térmica embutida com conectividade: WiFi, LIS/HIS, Bluetooth, LAN, 4 portas USB, possibilidade de utilização de teclado USB - Dimensões (LxAxC): 276mm X 220mm x 91mm Peso: 1,3 kg, alimentação: DC 12V/5A / 4 Pilhas AA Condições Ambientais de operação: 15 – 35°C, condições ambientais de armazenamento: -20°C ~ 50°C / Umidade Máx.: 70%	Un	02	21.550,59

3. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A Polícia Militar do Estado da Paraíba, por meio do Centro de Educação Física e Desporto (CEFID), justifica tecnicamente a necessidade de aquisição de 03 balanças de bioimpedância, 06 dinamômetros digitais, 02 sistemas de baropodometria informatizados e 02 analisadores de imunoenensaio, com o objetivo de fortalecer as ações de promoção da saúde, prevenção de lesões, reabilitação funcional e otimização do desempenho físico dos militares estaduais.

A balança de bioimpedância é um instrumento fundamental para o monitoramento da composição corporal, possibilitando a mensuração de parâmetros como massa magra, massa gorda, percentual de gordura, índice de massa corporal e nível de hidratação. Esses dados são essenciais para a avaliação do estado nutricional e metabólico dos policiais militares, permitindo a detecção precoce de condições de risco, como síndrome metabólica,



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

VPBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

VPBdoc

obesidade e doenças cardiovasculares, além de orientar programas individualizados de condicionamento físico e reeducação alimentar. A aquisição de 03 unidades se justifica pela necessidade de atendimento descentralizado e simultâneo em diferentes batalhões ou centros de treinamento da PMPB, otimizando o alcance das ações preventivas e de monitoramento.

O dinamômetro digital é utilizado para mensurar com precisão a força muscular, especialmente dos membros superiores, sendo um indicador funcional indispensável para a avaliação da aptidão física geral, capacidade de trabalho e reabilitação de militares acometidos por lesões ou afastamentos. A aquisição de 06 unidades possibilitará o atendimento simultâneo de diversos efetivos em diferentes localidades, apoiando exames físicos periódicos, triagens em concursos e acompanhamento funcional individualizado, de forma padronizada, ágil e objetiva.

O sistema de baropodometria informatizado, por sua vez, permite a análise biomecânica da distribuição de pressão plantar, da marcha e da postura, contribuindo diretamente para a identificação de disfunções musculoesqueléticas, sobrecargas articulares, desvios posturais e quadros clínicos como o pé diabético. A utilização desse sistema é essencial tanto para fins de reabilitação física quanto para a prescrição de palmilhas personalizadas e a prevenção de lesões osteomusculares, que são comuns em profissionais que atuam sob intensa demanda física, como é o caso dos militares operacionais. A aquisição de 02 unidades permitirá sua aplicação em núcleos regionais, descentralizando o atendimento e ampliando o acesso ao diagnóstico funcional qualificado.

Analísadores de imunoensaio automatizados tipo point of care, visando à ampliação e descentralização da capacidade diagnóstica laboratorial da PMPB. Esses equipamentos permitem a realização rápida e precisa de testes imunológicos, incluindo exames para detecção de doenças infecciosas, alterações hormonais e marcadores autoimunes, fundamentais para o acompanhamento da saúde dos militares submetidos a regimes físicos intensos e exposição a condições extremas. A quantidade proposta considera a implantação simultânea em dois polos estratégicos (sede e núcleo regional de apoio) do sistema de saúde da corporação, otimizando a triagem e o acompanhamento clínico, reduzindo a dependência de serviços terceirizados e assegurando a continuidade das ações de saúde mesmo em cenários de manutenção ou indisponibilidade temporária de um dos equipamentos.

A integração desses quatro tipos de equipamentos ao protocolo de avaliação da PMPB promoverá ganhos diretos na saúde ocupacional, no desempenho físico, na prevenção de doenças crônicas e na redução do absenteísmo por motivos de saúde. Trata-se, portanto, de uma demanda estratégica e alinhada à missão institucional do CEFID de preservar e promover a saúde física e funcional dos operadores de segurança pública, com reflexos positivos na eficiência do pronto-emprego da tropa e na qualidade dos serviços prestados à sociedade paraibana.

ITEM	DESCRIÇÃO	2022	2023	2024	QUANTIDADE SOLICITADA	JUSTIFICATIVA
01	Balança de bioimpedância elétrica	00	00	00	03	A quantidade visa suprir as demandas



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

VPBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

VPBdoc

	multifrequencial com balança digital acoplada Impedância.					da PMPB. Vale salientar que nos últimos anos não houve aquisição desses equipamentos, sendo de extrema importância suas aquisições.
02	Dinamômetro digital.	00	00	00	06	
03	Baropodômetro para avaliação detalhada da pressão plantar.	00	00	00	02	
04	Analizador de imunoensaio.	00	00	01	02	

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento à necessidade identificada pela Polícia Militar do Estado da Paraíba, por meio do Centro de Educação Física e Desporto (CEFID), foi realizado levantamento de mercado com foco em três equipamentos essenciais para a promoção da saúde ocupacional, prevenção de lesões e avaliação funcional dos militares estaduais: balanças de bioimpedância, dinamômetros digitais e sistemas de baropodometria informatizados. A pesquisa identificou ampla disponibilidade desses produtos no mercado nacional, com fornecedores consolidados e preços compatíveis com padrões técnicos exigidos pela Administração Pública.

As balanças de bioimpedância disponíveis para uso profissional apresentam tecnologia de medição multifrequencial e capacidade de aferição de múltiplos parâmetros corporais, incluindo percentual de gordura, massa muscular, nível de hidratação e idade metabólica. Os modelos variam entre R\$ 45.000 e R\$ 60.000, conforme a marca e os recursos oferecidos. A locação mensal desses equipamentos, por outro lado, varia de R\$ 2.000 a R\$ 3.000, sendo mais comum em ambientes privados e clínicas especializadas.

No caso dos dinamômetros digitais, utilizados para aferição da força de preensão manual, foram identificados modelos entre R\$ 6.000 e R\$ 12.000, com visores digitais, calibração eletrônica e compatibilidade com softwares de análise de desempenho. Os valores de locação mensal giram entre R\$ 250 e R\$ 450, sendo menos frequente a sua oferta em regime de aluguel, dada sua portabilidade e custo relativamente acessível de aquisição.

Já os sistemas de baropodometria informatizados, por sua complexidade e tecnologia embarcada, têm maior variação de preço, com valores de aquisição entre R\$ 20.000 e R\$ 50.000 por unidade, conforme a resolução da plataforma, a capacidade de sensores e as funcionalidades do software. A locação desses sistemas, quando disponível, tem custo elevado, entre R\$ 2.500 e R\$ 5.000 mensais, o que compromete a viabilidade dessa modalidade para o uso rotineiro e descentralizado em múltiplas unidades da PMPB.

Além das modalidades de aquisição e locação, também foi verificada a possibilidade de contratação por meio de serviços especializados, que incluem o fornecimento temporário dos equipamentos com profissionais habilitados para operar os sistemas, realizar os exames e emitir relatórios. Contudo, essa alternativa implica em dependência contínua de empresas terceirizadas, com custos mensais elevados e pouca flexibilidade para adaptação às rotinas e às necessidades específicas da corporação militar, além de limitar a capacitação e o protagonismo dos profissionais internos.

Diante da análise técnica e econômica das três modalidades (aquisição, locação e prestação de serviços), constata-se que a aquisição direta dos equipamentos representa a solução mais vantajosa para a PMPB. Isso se



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs,
[CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA]
JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

VPBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

VPBdoc

deve, sobretudo, à natureza contínua e estratégica da utilização desses recursos no contexto da avaliação física e funcional dos policiais militares. A aquisição assegura maior autonomia operacional, facilita a capacitação de servidores, evita custos recorrentes de locação e elimina a dependência de fornecedores externos, além de representar um investimento de longo prazo com retorno institucional garantido.

Portanto, considerando o perfil das atividades da Polícia Militar do Estado da Paraíba, a frequência e a descentralização da demanda por exames físicos e funcionais, e a necessidade de garantir eficiência, economicidade e sustentabilidade à Administração Pública, conclui-se que a aquisição dos equipamentos é a melhor solução técnica e econômica para atender às necessidades do CEFID/PMPB.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o levantamento de mercado realizado por meio de orçamentos, os equipamentos foram estimados no valor de R\$ 270.884,27.

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Balança de bioimpedância	03	R\$ 49.900,00	R\$ 149.700,00
Dinamômetro Digital	06	R\$ 5.618,15	R\$ 33.708,92
Baropodômetro para avaliação detalhada da pressão plantar.	02	R\$ 22.187,08	R\$ 44.374,16
Analizador de imunoensaio	02	R\$ 21.550,59	R\$ 43.101,18
TOTAL			R\$ 270.884,27

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com base nas especificações técnicas levantadas, a solução proposta contempla a aquisição de três tipos de equipamentos de alta precisão voltados para a avaliação da composição corporal, força muscular e análise da pisada e marcha, com o objetivo de subsidiar ações preventivas, diagnósticas e de reabilitação funcional dos militares da Polícia Militar do Estado da Paraíba (PMPB). Esses equipamentos são fundamentais para garantir a promoção da saúde ocupacional, a longevidade operacional e o desempenho físico dos policiais militares, permitindo a implementação de protocolos individualizados de treinamento, reabilitação e controle de comorbidades.

A **balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada** será utilizada para a análise detalhada da composição corporal, com tecnologia de medição segmentada em cinco regiões (braços, pernas e tronco), por meio de 15 medições de impedância aplicadas em três frequências distintas (20Hz, 50kHz e 100kHz). O equipamento deverá operar com sistema de eletrodos tetrapolar com 8 pontos de contato, oferecendo uma ampla gama de parâmetros estimados, como percentual de gordura corporal, gordura visceral, água corporal total, proteínas, minerais, massa magra e gordura segmentadas, taxa de metabolismo basal, índice de massa magra apendicular (SMI), força de preensão palmar (HGS), ângulo de fase e relação cintura-quadril automática. Conta ainda com recursos avançados como modo pediátrico, curva de crescimento, capacidade de armazenar até 200.000 exames, conectividade via USB, Ethernet, Wi-Fi e Bluetooth, tela sensível ao



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

toque com resolução de 600 x 1024 pixels, além de impressora integrada. O software utilizado deve ser exclusivo do fabricante, com licença vitalícia e atualizações gratuitas, garantindo precisão e segurança dos dados clínicos. O equipamento deve ser leve, dobrável para transporte e possuir certificação da ANVISA e INMETRO.

O **dinamômetro digital** especificado possui capacidade de medição de força de até 100kg, com resolução de 0,1kg, visor digital LCD de quatro dígitos, interface Bluetooth para transmissão dos resultados e ajuste ergonômico da alça. O dispositivo deve aferir parâmetros associados à sarcopenia, como a força de preensão palmar (HGS) e o índice de massa magra apendicular (SMI), com capacidade de armazenamento histórico. Funciona com alimentação por pilhas AA, possui função de desligamento automático e manual, e deve vir acompanhado de manual de operação. O dinamômetro será utilizado para avaliação da força muscular funcional, fundamental para a prescrição de treinos, reabilitação e diagnóstico precoce de fragilidade muscular nos policiais. Já o **baropodômetro informatizado** deverá contar com uma plataforma de alta sensibilidade, equipada com mais de 4.080 sensores distribuídos em uma área ativa de 50x50 cm, possibilitando uma avaliação precisa e detalhada da pressão plantar em diferentes posturas e durante a marcha. O equipamento deve operar com frequência de aquisição de até 200Hz, sendo resistente a temperaturas extremas, umidade e interferências eletromagnéticas. Com dimensões de 655 x 534 x 35 mm e espessura de superfície ativa de 11,5 mm, o sistema deve ser compatível com sistemas operacionais Windows (7, 8 e 10, 32 e 64 bits), exigir configuração mínima de Intel Dual Core com 4GB de RAM, e atender aos requisitos de segurança elétrica (Classe II, parte aplicada tipo B). O funcionamento deve ser contínuo, com certificação pela ANVISA e INMETRO. Este equipamento será essencial para a avaliação biomecânica da marcha, apoio plantar e postural dos militares, contribuindo para a prescrição de palmilhas personalizadas, prevenção de lesões e monitoramento de condições como pé diabético ou disfunções posturais.

O que se refere aos analisadores de imunoensaio automatizados tipo point of care, a pesquisa de mercado identificou modelos de pequeno porte, voltados à realização de exames imunológicos com tecnologia de leitura rápida e operação simplificada. Esses equipamentos são amplamente utilizados em ambientes clínicos e laboratoriais descentralizados, como unidades básicas de saúde e instituições militares, devido à sua portabilidade, precisão e capacidade de fornecer resultados em poucos minutos. Os preços de aquisição variam entre R\$ 18.000 e R\$ 60.000 por unidade, conforme a marca, a quantidade de canais simultâneos e os recursos de conectividade com sistemas laboratoriais. A locação desses equipamentos é pouco recorrente no mercado, sendo ofertada por valores mensais entre R\$ 3.000 e R\$ 5.000, o que compromete sua viabilidade frente ao uso contínuo e estratégico no contexto da saúde preventiva da Polícia Militar. A contratação por meio de serviços terceirizados, além de onerosa, reduz a autonomia da instituição e limita a integração com os protocolos internos. Assim, a aquisição direta de dois analisadores representa a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais eficiente, promovendo autonomia operacional, disponibilidade permanente e maior controle sobre os processos diagnósticos internos.



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc

Assim, a solução contempla um conjunto integrado e complementar de equipamentos que atuam em quatro eixos principais: **composição corporal, força muscular, diagnóstico e análise biomecânica da pisada/postura**. Esses dados permitirão que o CEFID/PMPB implemente programas baseados em evidências, com enfoque preventivo, terapêutico e funcional, alinhando-se às melhores práticas de saúde ocupacional no contexto das forças de segurança pública.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A adoção do pregão eletrônico com lotes individualizados para a aquisição de balanças de bioimpedância, dinamômetros digitais e sistemas de baropodometria informatizados é tecnicamente justificável e economicamente mais vantajosa do que a contratação por meio de lote único. Os itens possuem naturezas, funcionalidades, tecnologias e mercados fornecedores distintos, o que inviabiliza sua agregação sem prejuízo à competitividade. O parcelamento por tipo de equipamento permite a participação de um número maior de empresas, especialmente aquelas especializadas em apenas um dos itens, ampliando a concorrência e favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

Além disso, a separação em lotes distintos facilita a gestão contratual, a logística de entrega e instalação e o controle técnico individualizado de cada item, garantindo maior eficiência na execução do contrato. O pregão em lotes atende aos princípios da economicidade, isonomia, eficiência e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021, evitando restrições indevidas à participação de fornecedores. Assim, o parcelamento da solução configura-se como a melhor estratégia para a contratação pretendida, não se justificando tecnicamente a formação de lote único.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Deve-se cuidar da saúde antes que a doença se instale, portanto, as aquisições dos equipamentos para Polícia Militar do Estado da Paraíba visam também uma análise minuciosa da composição corporal, apreensão manual do militar e direcionamento, bem como incentivar à prática de exercício físico buscando a prevenção e tratamento das doenças cardiovasculares, e também como melhoria da qualidade de vida dos operadores de segurança convergindo esforços intersetoriais para adoção de hábitos saudáveis. Portanto, eis aqui uma contribuição relevante que relaciona a promoção da saúde, já que as aquisições também fomenta à prática de exercícios físicos visando à prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis, além de contribuir para a saúde mental e social, como também melhoria da qualidade de vida dos integrantes da corporação.

Diante desse cenário, a aquisição está alinhada com as melhores práticas adotadas por outras instituições de segurança pública no país, que têm registrado melhorias substanciais em suas operações de segurança pública. Portanto, o aquirimento não é apenas adequado, mas também indispensável para atender às necessidades operacionais da PMPB, garantindo uma melhor qualidade de vida e bem-estar dos agentes de segurança pública. Em suma, a aquisição é viável tanto técnica quanto economicamente, e se alinha perfeitamente com os objetivos estratégicos de aprimoramento da segurança pública.



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

VPBdoc



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMPRC202501406V03

VPBdoc

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Não foi vislumbrado providências a serem adotadas na presente aquisição.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para essas aquisições há a necessidade da obtenção de cases para os armazenamentos dos equipamentos.

11. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A Polícia Militar do Estado da Paraíba ao promoverem a presente aquisição, observarão os preceitos do disposto no parágrafo 1º do artigo no 33 da Lei no 14.133 de 1º de abril de 2021 ("§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento."), bem como no 6º Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU - Edição de setembro/2023, que dispõem sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal, com vistas à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Com efeito, em cumprimento aos requisitos dispostos no "Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a CONTRATADA deverá observar, no que couber, todas as diretrizes de sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido por tratar-se de equipamentos, minimizando a poluição e agressão ao meio ambiente, será exigido da Contratada que na execução do contrato:

Utilize, na medida do possível, materiais recicláveis com a aplicação da responsabilidade socioambiental; durante o armazenamento e transporte, utilize materiais recicláveis com a aplicação da responsabilidade socioambiental; realize o adequado acondicionamento, para fins de disponibilização à coleta seletiva, dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis descartados após a entrega dos bens;

Ainda com o foco na sustentabilidade, nos termos do Art. 7º, Incisos III e IV da Lei no 12.305, de 02 /08/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATADA deve priorizar, no que couber, a adoção de padrões sustentáveis, além de desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.

12. POSICIONAMENTO SOBRE ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação dos equipamentos supracitados para a Polícia Militar do Estado da Paraíba é altamente favorável. A necessidade de ampliação no número de equipamentos para Centro de Educação Física e Desporto é evidente diante da crescente demanda para manutenção de uma melhor qualidade de vida e otimização do condicionamento físico e mental para uma resposta eficiente nas operações de segurança pública. Os equipamentos servirão como suplementação e aprimoramento do setor de análise da composição corporal e mensuração de força palmar já em funcionamento no Centro de Educação e Desporto da



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

VPBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

VPBdoc

PMPB, proporcionando uma variedade nos equipamentos avaliativos disponíveis aos profissionais de Educação Física que prescrevem os métodos e exercícios para os mais variados grupos musculares e vias metabólicas, como também diagnóstico, sendo essencial para melhorar o condicionamento cardiorrespiratório, capacidade de resistência e fortalecimento muscular dos operadores de segurança pública.

A viabilidade da aquisição é confirmada pela experiência positiva nos exercícios físicos desenvolvidos nas aulas de treinamento físico militar nos diversos cursos de formação e aprimoramento no âmbito do Centro de Educação, como também os militares que atuam no CPRM, que têm demonstrado eficiência significativa em diversas operações.

Além disso, as aquisições estão alinhadas com as melhores práticas adotadas por outras instituições de segurança pública no país, que têm registrado melhorias substanciais em suas operações de segurança pública. Portanto, a aquisição não é apenas adequado, mas também indispensável para atender às necessidades operacionais da PMPB, garantindo uma melhor qualidade de vida e bem-estar dos agentes de segurança pública. Em suma, a aquisição é viável tanto técnica quanto economicamente, e se alinha perfeitamente com os objetivos estratégicos de aprimoramento da segurança pública.

Ademais, diante da análise realizada, conclui-se que a realização de pregão eletrônico é a solução mais viável para a aquisição dos equipamentos em epígrafe. Esta modalidade licitatória proporciona maior agilidade e transparência ao processo de contratação, favorecendo a ampla competitividade entre fornecedores e garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O pregão eletrônico assegura segurança jurídica, celeridade processual e maior eficiência, especialmente por ser conduzido em ambiente digital, com ampla divulgação e participação. Além disso, permite a aquisição imediata dos itens licitados, conforme as necessidades e a disponibilidade orçamentária do órgão. Dessa forma, o pregão eletrônico atende plenamente às exigências operacionais e estratégicas da Administração, promovendo economicidade, controle e otimização dos recursos públicos.

Cabedelo-PB, 11 de agosto de 2025.

NILVAN ALVES FILHO – CAP QOEM
Analista AGCON
Matrícula: 522.371-7

Aprovo o presente ETP.

SÉRGIO FONSECA DE SOUZA - CEL QOEM
Comandante-Geral da PMPB
Matrícula: 520.650-2



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs, [CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA] JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPRC202501406V02

PBdoc



CPMPRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>

PBdoc



Aprovo o presente ETP.

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES
Secretário de Estado
Matrícula: 155.438-7



Assinado com senha por [CPM74412] [SENHA] NILVAN ALVES FILHO em 15/08/2025 - 10:12hs,
[CPM47487] [SENHA] SÉRGIO FONSECA DE SOUZA em 15/08/2025 - 10:14hs e [SDS23097] [SENHA]
JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES em 15/08/2025 - 15:36hs.
Documento Nº: 7932681.69540133-5778 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.69540133-5778>



CPMPCRC202501406V02



CPMPCRC202501406V03



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>





GOVERNO
DA PARAÍBA



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



GOVERNO
DA PARAÍBA

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº CPM-PRC-2025/01406

Processo nº 26.000.01406.2025

Pregão nº 011/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº
XXXX/SESDS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA
DEFESA SOCIAL E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.

A **SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL**, inscrição CNPJ Nº 08.730.095/0001-00, com sede na Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I, nesta capital, neste ato representada pelo **Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança e da Defesa Social, JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES**, conforme atribuições que lhe foram delegadas pelo Ato Governamental nº 0051, de 02 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado em 03/01/2019, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede XXXXXXXXXXXXXXXX, Tel.: (XX) XXXX-XXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX, representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXX e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, conforme poderes conferidos pelo contrato social, na qualidade de Diretor, tendo em vista o que consta no **Processo nº CPM-PRC-2025/01406** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 11/2024** da Secretaria da Segurança e da Defesa Social da Paraíba, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AVALIAÇÃO FÍSICA E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL**, destinados à PMPB, nos termos da tabela a seguir.

1.2. Objeto de aquisição:

Item	Descrição	Und	Qtde
------	-----------	-----	------

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPM-PRC-202501406V03



GOVERNO
DA PARAÍBA

1	Balança de bioimpedância elétrica multifrequencial com balança digital acoplada Impedância, conforme descrição em anexo.	Und	03
2	Dinamômetro digital, conforme descrição em anexo		06
3	Baropodômetro para avaliação detalhada da pressão plantar, conforme descrição em anexo.		02
4	. Analisador de imunoensaio, conforme descrição em anexo.		02

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. A Autorização para Contratação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1.O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados do início da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual consta no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXX

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br



CPMPC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, mediante a emissão de Nota Fiscal, liquidada em até 30 (trinta) dias, devidamente atestada pela Comissão de Fiscalização.

5.2.2. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

5.2.3. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial (item 5.1.2, in fine), serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

5.3. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, inscrição CNPJ n.º 08.730.095/0001-00.

5.3. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

5.3.1. Prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa, ou Positiva com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

5.3.2. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

5.3.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Estadual;

5.3.4. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

5.4. Os pagamentos, pela SESDS, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Bradesco S/A.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Fica assegurado a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro através do reajuste, aplicando-se o índice geral de preços ao consumidor -IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, contada da data limite para a apresentação das propostas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

7.1.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

7.1.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da contratada;

7.1.7. Verificar os percentuais das rubricas a que se refere o art. 2º da Lei Estadual nº 10.725, de 2016, acompanhar, controlar, conferir os cálculos efetuados, confirmar os valores e a documentação apresentada e demais verificações pertinentes;

7.1.8. Efetuar as solicitações de abertura e movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, a que se refere a Lei Estadual nº 10.725, de 2016;

7.1.8.1. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

7.2. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas; c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e d) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI)

8.1. Executar os serviços conforme especificações constantes no Termo de Referência e de sua proposta;

8.1.1. A CONTRATADA que, no decorrer da contratação, cometer qualquer das infrações previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b) Multa moratória de até 1% (um) por cento, por dia de atraso injustificado, sobre o valor da contratação, até o limite de 10 (dez) dias;

c) Multa compensatória de até 10% (dez) por cento sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Governo do Estado da Paraíba, pelo prazo de até três (03) anos;

f) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e o consequente descredenciamento do Registro Cadastral do Estado, pelo prazo de até 03 (três) anos;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

8.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se no que couber as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

8.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

8.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.5. As penalidades previstas nos subitens “e” e “g” importarão na inclusão da contratada no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba CAFIL/PB.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 . O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- IV. Multa:
 - a) de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, por infração às alíneas “d” e “e” do item 10.1, aplicado-se em dobro no caso de reincidência;
 - B) de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação por infração às alíneas “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas no Edital;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

b) de 15% (dez por cento) a 30% sobre o valor total da contratação, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas no Edital;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da CONTRATADA, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no CAFIL PB regulamentado pela Lei 9.697 de 04 de maio de 2012.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

11.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária: 26901

Fonte Recurso: 713

Programa Trabalho: 06.121.5005.1072

Elemento Despesa: 429052

RO: 70/2025

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A Gestão e a fiscalização da execução do objeto será efetuada, pelos:

GESTOR:

MAJOR QOC JULLIERMESON GUEDES MORAIS

Matr: 522371-7

CPF: 012.213.074-01

E-MAIL: moraismpb@gmail.com

CEL: 83 988900494;

FISCAL:

3º SARGENTO QPC ALEXSANDRO SILVA DO NASCIMENTO

Matr: 529135-6

CPF: 052.634.484-90

E-MAIL: alexsandro_edfisica@hotmail.com

CEL: 83 988025878;

Especialmente designados pela Portaria nº xxxxx, da Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social – SESDS, de xx de xx de xxxx.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa – PB – Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br – gabinete@sesds.pb.gov.br





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. O foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da **Comarca de João Pessoa**, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

João Pessoa-PB, datado e assinado digitalmente.

JEAN FRANCISCO BEZERRA NUNES

Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR
(atender às exigências do instrumento convocatório)

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS

Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055

www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Observação:

Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;

No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº e complemento _____, CEP _____, bairro _____, cidade/UF _____, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, _____ de _____ de 2026.

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL - SESDS
Comissão Integrada de Aquisições e Compras

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira I - CEP: 58055-018 - João Pessoa - PB - Fone: (83) 3213-9055
www.paraiba.pb.gov.br - gabinete@sesds.pb.gov.br



Assinado com senha por [SDS115702] [SENHA] ALDENOR DE MEDEIROS BATISTA FILHO em 05/03/2026 - 09:47hs.
Documento Nº: 7932681.86707939-1442 - consulta à autenticidade em
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=7932681.86707939-1442>



CPMIPRC202501406V03